



Fundado em 1966
 Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
 José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Conselho de Administração
Presidente
 Aurélio de Almeida Prado Cidade
Membros
 Fernão Lara Mesquita
 Francisco Mesquita Neto
 Júlio César Mesquita
 Patrícia Maria Mesquita
 Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Claudia Belfort

Administração e Negócios
Diretor Superintendente: Célio Virgínio Santos Filho
Diretor de Mercado Leitor: Antônio Hércules Jr.
Diretor de Mercado Anunciante: Claudio Santos
Diretor de Negócios Digitais: André Bianchi Monte-Raso
Diretor Financeiro: Raul G. Gama Boaventura
Diretor Jurídico: Olavo Marchetti Torrano
Diretor de Recursos Humanos: Rubens Prata Jr.
Diretor de Tecnologia: Roberto M. Portella Filho
Diretor Industrial: José Odair Bertoni

Editorial

Por que não dar a autonomia que a PF exige



Nos países civilizados, adota-se ainda hoje a ancestral máxima latina "Roma locuta, causa finita". Àqueles tempos sendo Roma o centro do poder, sua palavra bastava para encerrar qualquer causa. Mas este, segundo o juiz Fausto de Sanctis, que se celebrou por mandar prender o banqueiro Daniel Dantas e outros protagonistas da Operação Satiagraha da Polícia Federal (PF), não é o caso do Brasil: ele disse no depoimento à CPI dos Grampos: "Temos que fazer uma

lei adequada ao nosso País. Não adianta querer fazer lei de país civilizado, porque este País não é." Felizmente, contudo, este não é o entendimento da Justiça: assim não pensa o Supremo Tribunal Federal (STF), que baixou em tempo recorde uma súmula vinculante prevendo a punição dos agentes da lei que algemarem quem não devem nas prisões que fazem. A providência é cabível neste Estado Democrático de Direito, conforme crêmos brasileiros que pretendem civilizar o País cada vez mais. E a rapidez foi necessária porque nas democracias não se toleram afrontas à Justiça.

Muito menos da polícia. A PF sonha com a própria autonomia, como deixou claro outro protagonista da Operação Satiagraha, o delegado Protógenes Queiroz, num pouco elucidativo depoimento à mesma CPI dos Grampos. Uma coisa, contudo, é a instituição desejar ver-se livre das amarras hierárquicas que a prendem ao Executivo; e outra, se arvorar a um direito que nem o chefe maior deste Poder tem: o de desrespeitar decisões definitivas do Judiciário. Não podiam os federais algemarem indiscriminadamente presos desde a decisão, também em súmula vincu-

lante. Ao algemarem ostensivamente 32 suspeitos de crimes que investiga em outra Operação, batizada de Dupla Face, a corporação agiu como se seu manual, usado como pretexto por seu superintendente em Mato Grosso, estivesse acima da Constituição e da cidadania que a esta cabe proteger.

O STF decidiu que os policiais só podem recorrer a algemas se justificarem suas razões para tanto por escrito: a resistência do preso, o risco de sua fuga e o perigo que possa causar à integridade física de quem acompanhar sua prisão. Ao usar o próprio manual como pre-

texto para desobedecer à Suprema Corte, a PF propiciou que esta completasse a decisão anterior com a punição exemplar à autoridade que a descumprir. Agora, também por súmula vinculante, será punido o agente da lei que desobedecer à medida anterior, tornando-se passível de punição disciplinar, civil ou penal, além da possibilidade de anulação da prisão ou ação processual e desresponsabilização do Estado por eventual reparação.

APF acabou por dar um excelente motivo para não lhe ser dada a autonomia que está a exigir.

BRASIL CHORÃO

COM MEDALHA...

... OU SEM



Diogo

CARTAS E E-MAILS

e-mail pergunta.jt@grupoestado.com.br Avenida Engº Caetano Álvares, 55 6º andar. CEP 02598-900, SP fax 3856-2973

Só trabalho de longo prazo resolverá o trânsito em SP

Benone Augusto de Paiva
 CAPITAL



ANTONIO MILENA/AE

É inconcebível que um administrador público de uma das maiores cidades do mundo ainda não tenha se convencido de que o caótico trânsito desta castigada metrópole seja causado exclusivamente pela falta de espaço. As vias não comportam o excessivo número de veículos. A física é irrevogável. Um trabalho sério demandará vários mandatos, com prefeitos que cumpram um projeto estudado por técnicos e aprovado pela Câmara, sem picuinhas políticas. O resultado favorável somente virá com um trabalho altamente técnico. Esse problema jamais será resolvido pela abusiva criação de pedágios, já em trâmite na Câmara Municipal.

saúde da população deve ser avaliada, não somente a saúde dos políticos, que possuem tratamento de Primeiro Mundo. Quando vejo o presidente fazendo lobby para trazer a Olimpíada para o Brasil, imagino que ele deve acreditar que seremos medalha de ouro em tiro (tiro perdido) e em atletismo (correria de bandidos). Meu povo, espero que tal empreitada não tenha êxito, pois ele vai declarar que não sabia da situação caótica em que vivemos.

POLÍTICA
Flávio Porto Gomes Camacho
 GUARULHOS - SP

Candidatar-se a um cargo no Brasil é muito fácil, e isso não está certo. É por isso que a política brasileira é pobre e burra. Dominar e possuir experiência na administração pública, ter nível superior completo ligado a política brasileira, cursos de cidadania, ter uma ótima base familiar e, principalmente, ser honesto e competente são princípios básicos para ser um político preparado e sério. De quatro em quatro anos percebe que o nível cai muito. Infelizes juntam votos, dão esmolas para população carente e se elegem, principalmente, como vereador, sem preparo algum e apenas com o objetivo de ganhar o seu mês a mês e não fazer nada para o povo mal informado que o elegeu. Todos os políticos devem ser voluntários, sem salário e benefício algum, trabalhar e ralar como o povo trabalha e sentir na pele a pressão de cada dia. Precisamos de uma reforma cultural, ou uma revolução, no País para esta ignorância popular e supremacia política acabar. O caminho está na educação e no incentivo à leitura de jornais.

TRANSPORTE
Pedro Andrade
 SANTANA DO PARNABA - SP

Uma cidade em que o transporte público é de má qualidade e em quantidade insuficiente para atender a seus moradores não pode receber um pedágio. Existem outros meios que, além de serem mais eficazes, seriam mais bem recebidos pela população. O investimento em transporte público deveria ser prioridade, já que ajudaria a diminuir o trânsito e a emissão de poluentes. A fiscalização das condições do motor deveria ser implantada, o que ajudaria muito a diminuir a poluição. Acho que a opinião pública é o que mais vale nestes momentos de indecisão. Um referendo não viria bem agora?

COMERCIAIS
Rubens Jorge Raya
 CAPITAL

É hipocrisia implicarem com comercial de analgésico, se os de cerveja são veiculados o tempo todo. Será que alguém causa acidente por tomar analgésico?

As cartas poderão ser reduzidas. Devem conter nome do autor, RG, endereço, telefone para contato e e-mail. Não serão publicadas cartas com ataques pessoais.

A OPINIÃO DE Salmo Raskin* e Decio Brunoni**

*MÉDICO GENETICISTA, PRES. DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GENÉTICA MÉDICA
 **MÉDICO GENETICISTA, COORD. DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GENÉTICA

Pela atenção à saúde em genética

Em outubro de 2004, o Departamento de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (MS) instituiu um grupo de trabalho para sistematizar uma proposta de Política Nacional de Atenção à Saúde em Genética Clínica e implementar o mais rápido possível sua inserção no SUS. O grupo, composto entre outros participantes por técnicos do MS e membros da Sociedade Brasileira de Genética Médica (SBGM), desenvolveu um intenso trabalho e um documento completo foi elaborado – Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, mas, hoje, quatro anos depois, este documento ainda não foi viabilizado politicamente.

A especialidade trabalha com um grupo não desprezível de doenças com repercussões significativas e de relevância crescente para a saúde comunitária. Entre elas estão os defeitos congênitos; as deficiências mental, física, auditiva e visual; as doenças metabólicas; as doenças degenerativas e o câncer. Todas requerem uma linha de atendimento que vai da atenção primária até a realização de exames sofisticados e terapias de ponta. Porém, no Brasil não há um exemplo sequer de cidade, município ou região onde tal atendimento aconteça.

A proporção de mortes atribuíveis às malformações congênitas já saltaram da quinta para a segunda causa de mortalidade infantil no Brasil, chegando a representar mais de 50% das admissões hospitalares pediátricas, e 5% dos nascidos vivos apresentam alguma anomalia do desenvolvimento. Se uma ferramenta de saúde preventiva de baixíssimo custo – o aconselhamento genético, para a qual médicos geneticistas já são treinados, fosse

acessível aos usuários do SUS, o problema seria minimizado. Também seriam fundamentais a prevenção, por meio de campanhas educativas, e a educação tanto do público como dos profissionais de saúde para as patologias de ordem genética. Importante ressaltar que a estruturação de uma Política Nacional em Genética Clínica não envolve necessariamente o aumento de custos, mas, sobretudo, o aproveitamento da rede já existente. São raros os concursos públicos para médico geneticista e os profissionais capacita-

A estruturação de uma Política Nacional em Genética Clínica não envolve necessariamente o aumento de custos, mas, sobretudo, o aproveitamento da rede já existente

dos acabam trabalhando em outras especialidades.

O reconhecimento e formalização da genética clínica como especialidade médica na rede pública de saúde permitiria a criação de novos pólos de atendimento clínico. A paralisação de quatro anos do projeto na agenda do MS está impedindo que 140 milhões de brasileiros tenham os mesmos direitos dos 40 milhões que hoje têm acesso à saúde suplementar e que, desde bebê, passaram a contar com a cobertura obrigatória de todos os procedimentos de genética médica. Cabe ao governo, mesmo que tardiamente, fazer a parte dele na defesa daqueles que dependem do SUS. Genética no SUS já!::

FÓRUM JT > leitor.jt@grupoestado.com.br

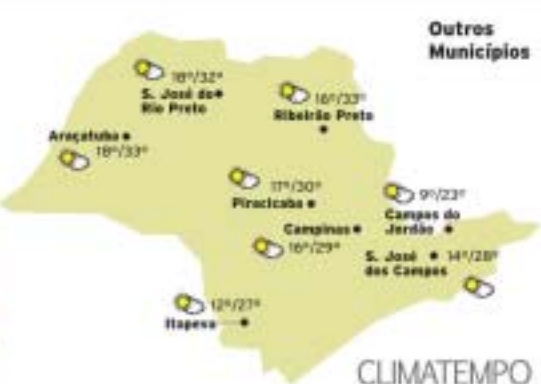
Os ônibus ficaram mais lentos após entrar em vigor o pacote de medidas do prefeito Gilberto Kassab para melhorar o trânsito, segundo medição feita por GPS. Por que isso aconteceu? Que medidas tomar para tornar mais ágil o transporte público? Mande sua opinião ao 'JT'.

TEMPO

SOL EM SP

Uma grande massa de ar seco predomina sobre o Estado de São Paulo. O dia começa com névoa e com nevoeiro, mas ainda cedo o sol predomina e não há possibilidade de chuva. À tarde, faz calor. Nos próximos dias, o tempo não muda muito. Até quarta-feira predomínio de sol, sem chuva e com calor à tarde em todo o Estado de São Paulo. A umidade relativa do ar fica baixa.

	HOJE	SEGUNDA	TERÇA
Interior	9°/34°	11°/35°	8°/34°
Capital	13°/27°	14°/27°	12°/26°
Litoral	17°/29°	18°/29°	16°/27°



Qualidade do ar
 ☉ Boa ☁ Regular ☁ Inadequado ☁ Má ☁ Crisat-fetor
 Centro ☉ D'Água
 Cerejeira César ☉ Santa André
 Congonhas ☉ Pq. Dom Pedro ☉ São Bernardo
 Cubatão ☉ Mooca ☉ São Caetano

Umidade do ar
40%

Litoral
 Ondas de 0,5 a 1m, com ondulação de sudeste.

Tábua das marés

Hoje	Amanhã
Alta 3:36 1,4m	Alta 3:58 1,4m
Baixa 10:09 -0,3m	Baixa 10:51 0,0m
Alta 16:04 1,4m	Alta 16:30 1,3m
Baixa 22:13 0,2m	Baixa 22:41 0,3m

Sol
 Nascente 06:30 Pôrto 17:52

Lua
 Crescente 07:09 - 11:05
 Cheia 16:08 - 18:18
 Minguante 23:08 - 20:51
 Nova 30/08 - 16:59

DEU NO JT

HÁ 30 ANOS 17/8/1978

As geadas que atingiram o Sul do País durante três dias causaram estragos em plantações de café. A safra caiu cerca de 15%. Em São Paulo, as regiões mais afetadas foram o Vale do Paranapanema e a Alta Sorocabana. No interior, pelo menos uma pessoa morria por dia vítima do frio. Outro destaque foi o aniversário de um ano da morte de Elvis Presley.

